

# Apresentação

O número 32 da Gragoatá, dedicado aos estudos em política e planificação linguística, reflete uma das linhas de investigação de nosso programa de pós-graduação em Estudos de Linguagem.

No texto de abertura descrevemos o desenvolvimento histórico dos estudos desenvolvidos na área, com breve relato dos principais tópicos apresentados e discutidos nos últimos 50 anos e da situação atual das pesquisas desenvolvidas em nível nacional e internacional. Na organização do texto, articulamos as contribuições deste número de modo a propiciar ao leitor, além de ambiência teórica e prática, uma visão dos temas que compõem o mosaico político-acadêmico atual, que alberga grande parte dos trabalhos desenvolvidos sobre esta temática: políticas e ideologias linguísticas; glotopolítica, planejamento linguístico e ensino; planificação de corpus e de status; direitos linguísticos; plurilinguismo; gestão da diversidade linguística.

Escolhemos abrir a revista com três artigos que introduzem a temática deste número: ações de política linguística em nosso país; estudos teóricos basilares sobre nacionalismo linguístico e uma nova proposta para tratar do tema de política linguística. No primeiro artigo intitulado “Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)” Rosângela Morello aborda a primeira política linguística brasileira pública de abrangência nacional, instituída pelo Decreto federal no. 7.387, de 09 de dezembro de 2010: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística Brasileira (INDL). Em seu texto, a autora apresenta um histórico dos trabalhos que precederam ao Decreto, apontando as prerrogativas políticas para sua regulamentação e implementação. O segundo artigo “A invenção do monolinguismo e da língua nacional”, escrito por Henrique Monteagudo, propõe uma discussão sobre a ideologia da “língua nacional”, mantida artificialmente pelas noções de Estados-nação e Nações-estado, identificadas na Europa a partir do século XVIII, como resultado de operações glotopolíticas de homogeneização de populações plurilíngues. No terceiro artigo de abertura “Nouvelles perspectives sur les politiques linguistique: le poids des langues”, Louis-Jean Calvet propõe incluir nos estudos sobre políticas linguísticas a questão do peso das línguas, medido quantitativamente a partir de um barômetro (baromètre Calvet des langues du monde), baseado em alguns critérios tais como: número de locutores; entropia; índice de desenvolvimento humano; índice de fecundidade; índice de penetração na internet;

número de artigos na Wikipédia; línguas oficiais; prêmio nobel de literatura; traduções língua-fonte; traduções língua-alvo.

Os artigos seguintes relatam pesquisas desenvolvidas no Brasil e no exterior sobre o tema da revista, que embora não esgotem toda a referência teórica e metodológica apresentam resultados significativos sobre o estado atual das investigações na área.

O texto “Um olhar crítico sobre a sociometria da língua portuguesa”, elaborado por Cláudia Roncarati, Diego Barbosa da Silva e Letícia Cao Ponso, aborda de maneira crítica a sociometria representada por estudos e pesquisas que visam elaborar rankings e hierarquias entre as línguas. Neste contexto, os autores discutem dois problemas que envolvem a língua portuguesa: a defesa da lusofonia frente às demais línguas e fonias, numa tentativa de manter uma unidade linguística entre os países de língua oficial portuguesa, e a assimetria existente, mas por vezes intencionalmente ignorada, entre as variedades do português.

O texto de Anderson Salvaterra Magalhães, “Políticas linguísticas e historicização do Brasil: a escrita na construção vernacular”, demonstra como a escrita instaura uma arena de sentidos determinante para os discursos constitutivos do senso de vernáculo no e do Brasil. O autor seleciona para discussão dois documentos, representativos da tensão estabelecida pela política linguística da Coroa Portuguesa: a Carta Régia declarando guerra contra os índios chamados botocudos e um texto editorial publicado no *Correio Braziliense* sobre tal Carta. Em sua análise destaca como ponto fundamental a imposição de uma política linguística portuguesa, que afeta o funcionamento cultural do país, gerando instrumento de afirmação e questionamento de ideologias linguísticas.

Na sequência, o texto de Diego Barbosa da Silva e Vera Lucia de Albuquerque Sant’Anna “Fabrica-se um “novo português”? Uma análise discursiva de documentos da CPLP” expõe uma análise discursiva de declarações e resoluções emitidas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o propósito de identificar traços das políticas linguísticas para a promoção e difusão do português, difundidas nesta última década. Os autores partem da ideia de etos e polêmica para identificar perfis de enunciadores, quais sejam: ufanista, defensor, apreensivo e idealista-apaziguador. Nos enunciados identificam a tendência para construção de um novo sentido de língua portuguesa, com força homogeneizante em contraposição a outro já em curso, que tem como base o processo social e histórico de gramatização e heterogeneização das línguas portuguesas nacionais.

No trabalho de Ivani Ferreira de Faria e Karina Mendes “Ensino via Pesquisa: a universidade para a diversidade latino-americana” as autoras discutem políticas mercosulistas de inte-

gração voltadas para a área educacional, que abrangem tanto a Educação Básica quanto a Educação Superior (o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira do MERCOSUL (PEIBF) e os blocos temáticos do Setor Educacional do MERCOSUL para a Educação Superior) e propõem reflexões sobre como abarcar nas salas de aula a diversidade latino-americana nas instituições educacionais dos países membro do Mercosul, de modo a contemplar a diversidade cultural e linguística latino-americana existente entre os países do bloco.

O artigo intitulado “Política linguística para as línguas oficiais em Timor-Leste: o português e o Tétum-Praça”, de Davi Borges de Albuquerque e Kerry Taylor-Leech, analisa a política e o planejamento linguístico para o português e o Tétum-Praça em Timor-Leste, línguas asseguradas pela constituição do país (2002) como línguas oficiais. Discutem questões de planificação de *corpus* e de *status* de ambas as línguas e propõem grades de análise para avaliar a eficácia do planejamento linguístico leste-timorense em diferentes momentos de sua história.

Apresentando resultados de políticas linguísticas postas em prática, o artigo de Telma Pereira e Débora Costa “Representação linguística: perspectivas práticas e teóricas” propõe uma revisão bibliográfica acerca do conceito de representações linguísticas sob a perspectiva da sociolinguística, desde sua constituição, no âmbito da psicologia social, até sua aplicação aos estudos da linguagem. Ao discutir os resultados da pesquisa que realizam, as autoras ressaltam a noção de representação linguística como um conceito coletivamente construído acerca de uma língua, marcado tanto pela prática e pela memória discursiva de seus falantes quanto pela ideologia na qual estão inseridos, ressaltando ainda sua importância para a análise das dinâmicas linguísticas.

O artigo de Leandro Rodrigues Alves Diniz, intitulado “Um lugar de representação pela língua: o programa de leitorado do Ministério das Relações Exteriores brasileiro” parte do quadro teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas, na sua relação com a Análise do Discurso materialista. O autor analisa alguns aspectos relativos à política linguística exterior brasileira, mais especificamente, o imaginário que significa o leitor do Ministério das Relações Exteriores. Em sua análise, Leandro questiona a construção de identidade através da língua nacional, enquanto signo de cultura, enquanto um lugar de representação cultural e/ou diplomática do Brasil.

Dando sequência aos estudos apresentados, o artigo “A Norma-Padrão Europeia e a Mudança Linguística na Escola Moçambicana” de Alexandre António Timbane e Rosane de Andrade Berlinck sugere a padronização da variante moçambicana, bem como a elaboração de dicionários e de gramáticas que ilustrem a realidade sociolinguística de Moçambique para

a melhoria da qualidade de ensino e também para a autoestima dos moçambicanos em geral, eliminado assim o preconceito de que os moçambicanos não sabem falar português. Os autores baseiam sua recomendação a partir do papel da língua portuguesa em Moçambique, considerada língua oficial, língua segunda, língua nacional, concorrendo com mais de vinte línguas bantu faladas pela maioria da população.

Finalmente, no artigo “Combatir y conservar: posiciones y saberes sobre el lenguaje popular en los Boletines de la Academia Argentina de Letras (1933-1943)”, Mara Glozman apresenta uma análise glotopolítica das posições e dos saberes a cerca da linguagem dos Boletines da Academia Argentina de Letras (BAAL) durante os primeiros dez anos de publicação (1933-1943). A autora identifica em seu estudo posicionamentos políticos e institucionais, que operam com a dicotomia rural-urbana, explicados pela institucionalização de imaginário ligado ao vernáculo, por um lado (uma definição específica de tradição) e, por outro, para as políticas de exclusão (práticas associadas ao espaço urbano popular).

Os organizadores